

ENVOLVIMENTO PATERNO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA SOBRE DIVERSIDADE NA PATERNIDADE¹

Marcelino Diego Martins Dorneles²
Aline Groff Vivian³

RESUMO

A paternidade vem sendo investigada em diferentes configurações familiares, na atualidade. Este estudo realizou uma revisão integrativa de literatura sobre a temática envolvimento paterno, no qual objetivou compreender como os diferentes contextos familiares influenciam a paternidade. Foram analisados periódicos publicados no recorte de anos de 2019 a 2024, identificados nas bases de dados Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Periódicos CAPES, SciELO e PubMed, utilizou-se dos descritores “paternidade”, “envolvimento paterno” e “parentalidade”. Como refinamento aplicou-se os critérios de inclusão e exclusão, selecionando-se 13 estudos que abordaram a experiência paterna em diferentes contextos. Os resultados evidenciaram que o envolvimento paterno vai além do sustento financeiro, abrangendo aspectos emocionais e relacionais importantes para o desenvolvimento infantil. Entretanto, desafios como estereótipos de gênero e sexualidade, limitações socioeconômicas e desigualdades estruturais dificultam o pleno exercício da paternidade. A discussão destacou a necessidade de repensar modelos tradicionais e fomentar práticas mais inclusivas e equitativas no contexto familiar. Conclui-se que políticas públicas devem ser implementadas para fortalecer o papel paterno, promovendo suporte social e cultural que valorize o cuidado, o afeto e a corresponsabilidade na criação dos filhos.

Palavras-chave: Envolvimento. Gênero. Paternidade. Parentalidade.

1 INTRODUÇÃO

As políticas públicas brasileiras têm se esforçado para reconhecer e promover a participação ativa dos pais na jornada da paternidade, especialmente durante o período de gestação, parto e pós-parto. A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem, instituída pela Portaria nº 1.944/2009, enfatiza a importância de valorizar a paternidade como parte integrante das ações de saúde sexual e

¹ Trabalho de Conclusão apresentado ao curso de Psicologia da Universidade La Salle, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

² Discente do Curso de Psicologia da Universidade La Salle - Unilasalle, matriculado na disciplina de Trabalho de Conclusão. E-mail: marcelino.201910619@unilasalle.edu.br.

³ Docente do Curso de Psicologia da Universidade La Salle - Unilasalle, orientadora na disciplina de Trabalho de Conclusão. E-mail: aline.vivian@unilasalle.edu.br.

reprodutiva voltadas aos homens (Brasil, 2009). Da mesma forma, a estratégia Rede Cegonha, estabelecida pela Portaria nº 1.459/2011, destaca a relevância da participação ativa dos pais desde o período gestacional até os cuidados com o recém-nascido (Brasil, 2011).

No entanto, apesar do respaldo legal e das iniciativas governamentais, a implementação efetiva dessas políticas ainda enfrenta desafios significativos, especialmente no que diz respeito à garantia do direito da mulher de escolher quem estará ao seu lado durante o parto. A lei nº 11.108/2005, também conhecida como lei Acompanhante, assegura esse direito, mas alguns hospitais e maternidades ainda não oferecem a estrutura adequada para receber acompanhantes do sexo masculino, o que limita a participação ativa dos pais nesse momento crucial (Brasil, 2005).

O processo de construção da paternidade é uma jornada complexa e multifacetada, influenciada por uma variedade de fatores individuais, sociais e culturais. Tornar-se pai envolve uma série de emoções e desafios que se estendem desde a gravidez até os primeiros dias após o nascimento do bebê. Durante esse período de transição, os homens são chamados a redefinir seus papéis e assumir novas responsabilidades nas relações familiares, indo além do provedor financeiro para se envolver emocionalmente e participar ativamente dos cuidados com a mulher e o bebê (Krob et al., 2009; Moares e Granato, 2016).

Apesar da importância da participação dos pais no processo de parto e nascimento, grande parte dos estudos existentes se concentra nas percepções e experiências das mulheres em relação aos acompanhantes. A inclusão dos pais na cena do parto é vista como uma forma de reconhecer sua importância no cuidado com os filhos desde os primeiros momentos de vida (Villalón et al., 2014). No entanto, ainda há uma lacuna significativa na literatura nacional e internacional em relação à perspectiva dos pais sobre os partos domiciliares. Estudos como o de Cursino e Benincasa (2020) destacam a necessidade de ampliar essa discussão e reconhecer o papel ativo dos pais nesse contexto, o que pode contribuir para uma compreensão mais abrangente e inclusiva da experiência da paternidade.

A partir da década de 1970, o interesse pelo envolvimento paterno passou a ganhar destaque, e conforme Lamb (2000), as pesquisas revelam que o pai tem

desempenhado diversas funções no cuidado dos filhos, o que gera efeitos positivos no desenvolvimento infantil. O envolvimento paterno pode abranger desde cuidados básicos, estabelecimento de limites, até o estímulo ao desenvolvimento motor, controle da agressividade, competitividade e habilidades sociais. Nesta pesquisa, adota-se o conceito de envolvimento paterno conforme proposto por Lamb (2000), que o define a partir de três dimensões principais: interação, disponibilidade e responsabilidade.

A interação refere-se ao tempo que o pai passa diretamente com a criança, seja auxiliando em atividades escolares, alimentando-a ou brincando. A disponibilidade envolve um nível de interação menos intenso, como quando o pai está presente na casa, mas não necessariamente na mesma sala, sendo acessível à criança caso ela necessite. A responsabilidade diz respeito às ações do pai para garantir o bem-estar dos filhos, assegurando suas necessidades básicas e emocionais (Lamb et al., 1985/1997).

É relevante destacar que o envolvimento paterno, apesar de ser um fenômeno psicológico, está profundamente interligado com o contexto social, histórico e cultural. Ou seja, entende-se aqui que a paternidade é uma construção social e deve ser analisada dentro desse panorama. Neste sentido, Turcotte e Gaudet (2009) identificam três fatores principais que afetam diretamente o envolvimento paterno: as características pessoais do pai, o contexto familiar no qual ele está inserido e o ambiente social que o cerca.

De acordo com a teoria, homens que tiveram relações positivas com seus pais durante a infância tendem a se envolver mais ativamente no cuidado e na construção de uma relação emocional com seus próprios filhos. Isso ressalta a importância das dinâmicas intergeracionais na transição para a paternidade e na maneira como ela é exercida (Turcotte e Gaudet, 2009).

Para a abordagem psicanalítica, a função paterna não está restrita ao pai biológico, mas refere-se à função de um terceiro que mediará a relação da mãe com a criança. Este terceiro ocupa o espaço deixado pela falta materna, criando uma sensação de incompletude na relação (Aozani, 2014). Ainda mais, Muza (1998) argumenta que o pai é essencial para que a criança possa elaborar o luto da relação inicial com a mãe, além de atuar como mediador dessa relação, como também

discutido por Aozani (2014). Em conformidade, Costa (1997) descreve a posição paterna em três funções principais: proteger a mãe durante a gestação e após o nascimento da criança, auxiliar na separação da relação mãe/criança, e fornecer recursos para que a criança desenvolva a habilidade de diferenciação intergeracional.

Segundo Fabrino (2012), uma criança que cresce em um ambiente familiar que proporciona afeto e segurança no desenvolvimento cognitivo, emocional e físico tende a se tornar um adulto seguro e capaz de lidar com as experiências do dia a dia. Ainda, Costa (1997) acrescenta que, embora a mãe seja responsável pelo nascimento biológico, é a função paterna que proporciona as condições necessárias para o nascimento psicológico.

O Pai, na perspectiva psicanalítica, representa o princípio da realidade, uma lei que cria um ambiente favorável para a racionalização, singularidade, simbolização, processos criativos e até mesmo a formação da imagem corporal (Almeida, s.d.). Por meio do vínculo com o filho, o pai facilita o desenvolvimento social e cognitivo da criança e a auxilia no processo de inclusão e adaptação ao meio social (Mahler, 1993).

Benczik (2011) destaca que a ausência de um modelo masculino ou feminino na educação familiar pode resultar em desequilíbrios na criação dos filhos. Ferrari (1999) discute que a criança tem a capacidade de desenvolver habilidades de identificação e diferenciação de gêneros de maneira mais natural. Contudo, na ausência de um desses papéis, um dos cuidadores pode ser sobrecarregado, causando desequilíbrios na criação da criança. O divórcio, que frequentemente resulta no distanciamento da figura paterna e na pouca interação entre pai e filho, mesmo que ambos vivam no mesmo ambiente, pode ter impactos negativos (Cia et al., 2004).

Eizirik e Bergamann (2004 apud Benczik, 2011) reconhecem que a falta da figura paterna pode gerar conflitos no desenvolvimento infantil, afetando tanto o aspecto social quanto cognitivo e podendo contribuir para o surgimento de distúrbios comportamentais. Essa ausência não precisa ser apenas física; pode ser também psicológica, e pode desencadear comportamentos de risco (Muza, 1998).

Analisar as condições e o surgimento da paternidade parte do princípio de

que esta não é uma realidade pré-existente, mas sim algo que emerge a partir de um conjunto complexo de relações: “O objeto não espera nos limbos a ordem que vai liberá-lo e permitir-lhe que se encarne em uma visível... mas existe sob as condições positivas de um feixe complexo de relações” (Foucault, 2005, p.50). Compreender o discurso científico revela os regimes de verdade que moldam a construção dos pais e da paternidade. Nesse contexto, identificamos as diversas transformações sociais, econômicas, científicas e tecnológicas que criaram as condições para um maior envolvimento dos homens na vida familiar, especialmente no cuidado dos filhos.

A elaboração de projetos para o futuro é influenciada por uma variedade de fatores socioculturais, econômicos e históricos, variando significativamente entre as classes média e popular. Em classes sociais de renda mais alta, frequentemente observa-se uma tendência de patologizar a gravidez na adolescência (Orlandi e Toneli, 2008). Além disso, certos discursos restringem a paternidade na adolescência a um evento negativo, visto como precoce e indesejável (Lyra, 1997). Essa visão está ligada a diversas mudanças na vida atual e futura dos pais adolescentes (Dias e Aquino, 2006; Falcão e Salomão, 2005; Fraser et al., 1995; Levandowski et al., 2008; Meade et al., 2008), sendo inclusive considerada um problema de saúde pública (Brandão e Heilborn, 2006; Heilborn et al., 2002; Silva e Tonete, 2006; Trindade e Menandro, 2002). Uma das principais mudanças nos projetos de vida dos pais adolescentes é a antecipação de decisões sobre ter filhos e formar uma família; escolhas que poderiam ser feitas a longo prazo passam a exigir decisões imediatas com a chegada do bebê (Camarena et al., 1998).

A paternidade na adolescência é uma realidade para muitos jovens, seja pela experiência direta de uma gravidez ou pelo contato com amigos e conhecidos nessa situação. Por isso, diversos estudos investigam a percepção de adolescentes que não são pais sobre as consequências da gravidez na adolescência para seus projetos de vida (Cargnelutti, 2014). Nesse contexto, a percepção refere-se às significações que os jovens atribuem ao fenômeno da paternidade na adolescência.

O papel do pai é destacado na literatura como fundamental para a formação do indivíduo. Corneau (1995) destaca a significativa e valiosa contribuição do pai no desenvolvimento dos filhos desde os primeiros meses de vida, comparando a

relação entre pai e filho a um jogo físico, onde o pai segura o filho nos braços, promovendo um espelhamento de características que facilita o processo de identificação.

Nolasco (1995) analisa a história da paternidade, argumentando que desde a década de 1930 ocorreram mudanças graduais no significado de ser pai. O modelo tradicional de pai, visto como uma figura de autoridade e disciplinador, apoiado em normas rígidas e distante emocionalmente, evoluiu para um pai mais envolvido, respondendo às necessidades emocionais e práticas apresentadas na relação com os filhos. Estudos de Sutter e Maluschke (2008) sobre masculinidade e paternidade participativa revelaram que os pais modernos demonstram uma maior amorosidade, intensidade emocional, sensibilidade e prazer nos cuidados com os filhos. Da mesma forma, Balancho (2004) encontrou em seu estudo sobre as transformações intergeracionais que pais e avós descrevem os pais contemporâneos como mais sensíveis, presentes e emocionalmente próximos.

Gomes e Resende (2004), ao pesquisarem a paternidade em famílias contemporâneas, descobriram que os participantes, que tiveram relações frias e distantes com seus próprios pais durante a infância e adolescência, sentiram-se motivados a resistir aos papéis tradicionalmente impostos a eles, buscando recriar um novo modelo de paternidade. Sob o mesmo ponto de vista, Balancho (2004) observa que as mudanças sociais, familiares e culturais, juntamente com o maior acesso à educação e ao conhecimento sobre psicologia infantil, são fatores que explicam essas diferenças intergeracionais na representação do pai. No entanto, ele ressalta que a consistência dessas mudanças e sua disseminação em todas as culturas e níveis socioeconômicos ainda não são claras.

As diferenças entre os gêneros feminino e masculino, promovidas pela ciência (Badinter, 1985; Poeschl, 2003) e adotadas pelo senso comum, fundamentam as representações sociais da maternidade, paternidade, conjugalidade e parentalidade, e, conseqüentemente, a guarda dos filhos (Trindade, 1999). Em casos de separação, é culturalmente considerado “natural” que a mãe fique com a guarda dos filhos, atribuindo-se ao pai a responsabilidade de prover as necessidades materiais da família (Barreto, 2003). Essas representações sociais dos papéis femininos e masculinos estão ancoradas em um modelo tradicional e arcaico que se sedimentou

no imaginário social, sendo muitas vezes considerado inato. No entanto, os papéis de gênero são construções sociais e históricas (Grzybowski, 2007).

A ideia do amor materno como natural é questionada por estudos que mostram ser uma construção cultural que visa manter a mulher no ambiente doméstico. A premissa de que a mãe é naturalmente a mais apta a cuidar dos filhos, possuindo amor incondicional e abnegação, é uma construção cultural (Badinter, 1985). A representação social, segundo Moscovici (2009), se torna mais fossilizada quanto mais sua origem é esquecida e sua natureza convencional ignorada. A ciência desempenhou um papel crucial na formação da representação social da maternidade e da paternidade, privilegiando o papel materno em detrimento do paterno. Tais resultados, incorporados ao imaginário popular, perpetuaram a ideia de que a mãe é mais importante que o pai na criação dos filhos.

Estudos recentes, entretanto, demonstram que a participação paterna é tão vital quanto a materna no desenvolvimento infantil (Bustamante e Trad, 2005; Dantas et al., 2004). Os pais desempenham um papel crucial no desenvolvimento infantil e possuem o potencial para ser tanto competentes quanto engajados (Crepaldi et al., 2006). Nazareth (1998) afirma que, assim como o materno, o amor paterno é cultivado e aprendido no dia a dia com os filhos. O exercício da maternidade e paternidade se constrói na convivência íntima, desenvolvendo-se uma parentalidade psicológica (Cezar-Ferreira, 2007), diferenciando a parentalidade biológica (ter filhos) da psicológica (criar filhos).

As representações de casamento e conjugalidade influenciam e são influenciadas pelas representações dos papéis femininos e masculinos, de maternidade e paternidade. A família nuclear, composta por mãe, pai e filho, baseada no amor materno e na divisão de papéis tradicionais, revela as representações sociais dos papéis femininos e masculinos (Trindade et al., 2006). As representações sociais da maternidade veem a mulher como boa esposa e mãe que sacrifica sua vida pela família, enquanto as da paternidade veem o homem como forte provedor (Carter e McGoldrick, 1995; Trindade, 1993). À mulher são atribuídas as responsabilidades domésticas, enquanto ao homem, as responsabilidades profissionais.

Conclui-se que as representações sociais dos papéis femininos e masculinos,

ainda ancoradas em uma visão tradicional e dicotômica, influenciam significativamente as representações da maternidade e paternidade, além do casamento, conjugalidade e separação, afetando discussões sobre a guarda dos filhos. Estudar essas representações é essencial, pois interferem na parentalidade, tanto durante o casamento quanto após seu término. A forma como mães e pais veem os tipos de guarda está diretamente relacionada à maneira como percebem seus próprios papéis de gênero.

As representações sociais da maternidade e paternidade, profundamente arraigadas no imaginário popular e com ênfase na importância da maternidade, representam um obstáculo para a aceitação da guarda compartilhada. As representações sociais de um grupo constituem um verdadeiro obstáculo para o desenvolvimento de novas práticas sociais (Costa e Almeida, 2000).

A paternidade contemporânea está sujeita a constantes mudanças e desafios, à medida que as expectativas sociais e os papéis de gênero evoluem, evidenciando a importância de reconhecer o papel dos pais no desenvolvimento infantil e na dinâmica familiar. Compreender essas dinâmicas é essencial para profissionais da saúde, educadores e outros envolvidos no apoio às famílias.

Embora existam estudos sobre a participação dos pais no processo de parto e nascimento, muitos se concentram principalmente nas percepções das mulheres. Há uma lacuna significativa na literatura nacional e internacional sobre a perspectiva dos pais, especialmente em contextos como partos domiciliares. Pesquisas como as de Krob et al., (2009), Moraes e Granato (2016) destacam a necessidade de incluir a experiência dos pais nas discussões sobre a parentalidade. Esta pesquisa visa preencher essa lacuna, oferecendo uma visão mais inclusiva e abrangente da paternidade.

Diante do exposto, justifica-se a relevância do presente estudo, pois ao aprofundar a compreensão sobre a paternidade contemporânea, esta pesquisa pode sugerir modificações práticas e teóricas que promovam uma maior inclusão dos pais em programas e políticas voltados à saúde reprodutiva e parentalidade. Além disso, os conhecimentos obtidos podem influenciar a prática clínica na Psicologia, incentivando os profissionais a considerar de forma mais completa as experiências e necessidades dos pais em suas intervenções. Isso pode levar a um aprimoramento

das políticas públicas e dos programas de apoio às famílias, beneficiando diretamente os pais e suas crianças. Em resumo, esta pesquisa é fundamental para avançar no entendimento das complexas dinâmicas da paternidade contemporânea, oferecendo contribuições teóricas e práticas que podem beneficiar tanto a academia quanto a sociedade em geral. Ao explorar as vivências dos pais, esperamos fornecer conhecimentos para promover relações familiares saudáveis e fortalecer o vínculo entre pais e filhos.

O presente estudo teve como objetivo compreender os diferentes modelos de envolvimento paterno, identificando os fatores que influenciam a construção da identidade paterna na contemporaneidade e suas repercussões no desenvolvimento infantil, na saúde mental dos pais e na dinâmica da parentalidade. Além disso, buscou-se compreender de que maneira as questões relacionadas a gênero e sexualidade moldam e impactam as vivências da paternidade.

2 METODOLOGIA

Estudo de revisão integrativa da literatura, o qual se propõe ao apontamento de lacunas no conhecimento, direcionando o pesquisador aos temas que necessitam de exploração científica. O estudo foi realizado conforme as seis etapas preconizadas pelo *Revised Standards for Quality Improvement Reporting Excellence (SQUIRE 2.0)*. Esse tipo de revisão, conforme Souza et al., (2010), constitui-se de seis etapas: (a) elaboração das questões norteadoras; (b) busca na literatura; (c) categorização dos estudos; (d) avaliação dos estudos; (e) interpretação dos resultados e (f) síntese do conhecimento.

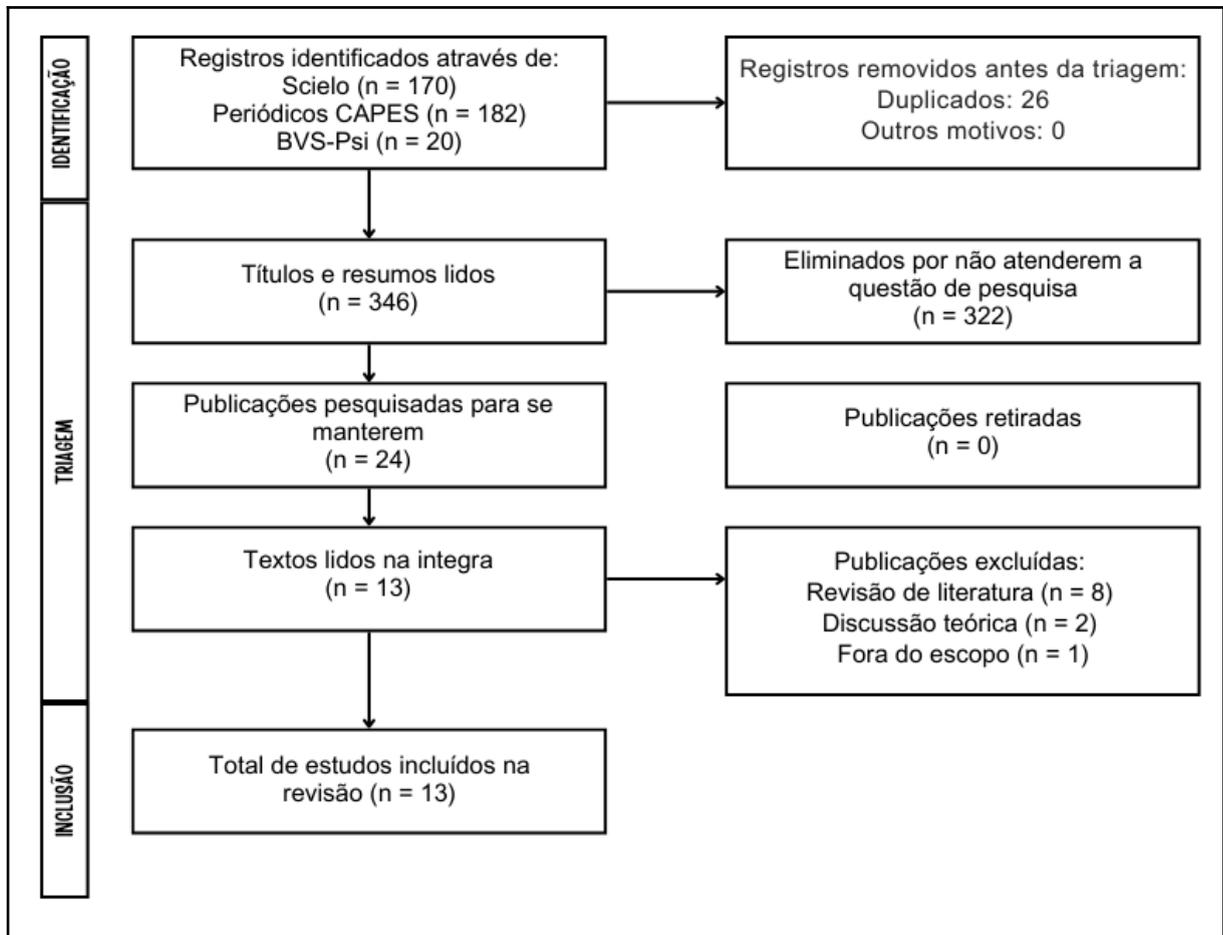
A produção dos dados ocorreu no período entre os meses de agosto e dezembro de 2024. A busca inicial das publicações on-line se deu nas seguintes bases de dados: *Scielo (Scientific Electronic Library Online/Biblioteca Científica Digital Online*, é um programa de apoio à infraestrutura de comunicação de pesquisas em acesso aberto), Periódicos CAPES (Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, reúne e disponibiliza conteúdos produzidos nacionalmente e outros assinados com editoras internacionais a instituições de ensino e pesquisa no Brasil), BVS-Psi (Biblioteca

Virtual em Saúde - Psicologia Brasil, é referência na América Latina em informação científica em Psicologia, com bases de dados diversificadas e algumas com mais de 30 anos). Realizou-se cruzamentos dos descritores, em português, espanhol e inglês, padronizados nos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), com utilização dos operadores booleanos *AND*, *AND NOT* e *OR*. Para a estratégia de busca, foi adotada a seguinte configuração de descritores, palavras-chave e operadores booleanos: (1) *Paternidade OR Paternity OR Paternidad*; (2) “envolvimento paterno” *OR “father involvement”*; (3) “Parentalidade” *OR “Parenting” OR “Responsabilidad Parental”*.

Foram adotados os seguintes critérios de inclusão: estudos disponíveis eletronicamente e de forma gratuita, contendo pesquisas empíricas, escritos em português, relacionados à área temática do estudo e publicados a partir do ano 2019. O recorte temporal até o presente ano se justifica pela intenção de realizar uma análise abrangente da evolução do campo do envolvimento paterno. A avaliação dos títulos dos artigos foi efetuada seguindo critérios de exclusão que incluem a eliminação de documentos duplicados, trabalhos publicados fora do período especificado (2019 a 2024), aqueles que não respondem à pergunta norteadora e materiais considerados “literatura cinza” como capítulos de livros, dissertações, teses, notícias, documentos técnicos, comentários e editoriais. A coleta de dados consistiu na leitura na íntegra dos artigos selecionados pelos pesquisadores, garantindo uma análise completa e criteriosa do conteúdo relevante.

Deste modo, foram excluídos os artigos duplicados ou que não evidenciavam, de forma clara, o papel paterno nas relações familiares. Cabe destacar que o idioma foi um critério de exclusão, restringindo a busca apenas a publicações de produção nacional. No levantamento inicial, foram encontrados 372 materiais científicos. A triagem inicial dos estudos foi realizada seguindo os critérios estabelecidos na pré-seleção. Assim, foram excluídos 26 duplicados, restando 346 estudos. Estes, foram submetidos a leitura dos títulos e resumos, constatando-se que 322 não tinham relação com o objeto de estudo. Entre os 24 artigos restantes, foram excluídas 8 revisões de literatura, 2 discussões teóricas e 1 que se encontrava fora de escopo, resultando em 13 artigos submetidos à leitura na íntegra, dos quais 13 foram selecionados para a revisão.

Figura 1. Fluxograma de seleção dos estudos



Fonte: Elaboração própria, 2024.

A seguir, as demais etapas serão detalhadas, de modo a evidenciar que todos os procedimentos metodológicos pertinentes foram observados. Em revisões integrativas da literatura, consideram-se apenas artigos encontrados em bases de dados, por isso estudos teóricos, capítulos de livro, teses e dissertações, serão utilizados apenas na introdução e discussão dos resultados. Os resultados oriundos dessa leitura foram organizados em uma planilha contendo seis dimensões de análise, a fim de possibilitar a categorização dos mesmos, segundo os procedimentos sugeridos por Broome (2000). As dimensões de análise foram as seguintes: (a) ano de publicação; (b) fonte de publicação; (c) tipo de estudo; (d) amostra; (e) objetivos e (f) principais resultados.

3 RESULTADOS

A Tabela 1 apresenta a categorização dos artigos recuperados quanto ao nome dos autores, título do artigo, periódico científico, tipo de estudo, ano de publicação, fonte, tipo de estudo, sendo que, para melhor organização, cada um deles foi identificado com um número. Já na Tabela 2 e na Tabela 3 se encontram, respectivamente, a categorização dos artigos recuperados quanto a seus objetivos e principais resultados. Os dados serão discutidos à luz da literatura revisada.

Tabela 1. Categorização dos artigos recuperados quanto à identificação, título do artigo, periódico científico, método, ano de publicação e categoria (n = 13)

Identificação /Referência	Título do Artigo	Periódico Científico	Método	Ano de publicação	Categoria
A1 Mesquita JA, Nascimento MAF do.	Ativismo digital sobre paternidade gay no Instagram: a homoparentalidade masculina em cena	Scielo, Pubmed, BVS	Estudo de caso qualitativo	2024	Homoparentalidade
A2 Mascarenhas RN dos S, Santos VVC.	Homem trans e gestação paterna: experiências durante o período gravídico-puerperal	Scielo, Pubmed, BVS	Estudo de caso qualitativo	2024	Homotransparentalidade
A3 Oliveira, M. A. da S., Estrela, F. M.	Percepção de homens perpetradores de violência acerca da paternidade	Scielo, Pubmed	Estudo Descritivo, Qualitativo	2022	Visão do homem sobre a paternidade
A4 Pereira TG, Reis AOA.	O bebê com zika e o pai (d)eficiente	Scielo	Pesquisa Qualitativa	2022	Cuidado paterno
A5 Arrais AL, Vieira-Santos S.	Envolvimento Paterno em Pais de Crianças em Idade Escolar: Relação com Estresse Parental, Apoio Social e Variáveis Sociodemográficas	Scielo	Estudo Quali-Quantitativo	2021	Envolvimento paterno em idade escolar
A6 Campeol ÂR, Benatti AP, Pereira CRR.	A Paternidade Monoparental na Inter-Relação com os Contextos Ecológicos	Scielo	Pesquisa Qualitativa	2021	Monoparentalidade
A7 de Assis Veiga MB, Ribeiro Maciel M.	Paternidade entre homens jovens: vivências, mudanças e possibilidades	CAPES	Estudo qualitativo	2023	Paternidade entre homens jovens

A8 Torzeccki Trage, F., & Donelli, T. M. S.	Quem é o novo pai? Concepções sobre o exercício da paternidade na família contemporânea	CAPES	Exploratóri o descritivo qualitativo	2020	Paternidade contemporânea
A9 Sorrentino E, Bógus CM, Venancio S.	A participação dos homens na alimentação infantil: novos caminhos para a equidade de gênero?	Scielo	Hermenêu tico-dialéti co	2021	Alimentação infantil
A10 Dantas D dos S, Almeida GP de LL.	Sentidos e significados de parentalidade entre homens trans que engravidaram antes da transição de gênero	Scielo	Pesquisa de campo qualitativa	2024	Parentalidade entre homens trans
A11 Aquino GS de, Moura S de AR.	A percepção dos homens sobre a parentalidade paterna e a promoção do desenvolvimento infantil	Scielo	Estudo qualitativo exploratóri o	2024	Paternidade e desenvolvemento o infantil
A12 Ogaki HA, Piccinini CA.	As funções parentais em casais homossexuais masculinos com bebês	Scielo	Estudo de casos	2023	Homoparentalid ade
A13 Araldi, M. O., & Serralta, F. B.	O Processo de Construção e a Experiência da Parentalidade em Casais Homossexuais	Scielo	Estudo de casos múltiplos	2019	Homoparentalid ade

Fonte: Elaboração própria, 2024.

Tabela 2. Categorização dos artigos recuperados quanto aos objetivos (n = 13).

Nº	Objetivos
A1	Este artigo visa analisar as concepções que sustentam o ativismo digital da homoparentalidade no Instagram, a partir dos estudos de gênero com homens.
A2	Analisar as experiências de um homem trans durante o período gravídico-puerperal e a perspectiva de enfermeiras obstetras em formação, a partir das dinâmicas e da organização dos cuidados de saúde obstétricos em ambiente hospitalar.
A3	Conhecer a percepção de homens em processo judicial por violência conjugal acerca da paternidade.
A4	Analisar a dimensão subjetiva implicada nos cuidados ofertados por pais homens aos bebês com síndrome congênita do Zika (SCZv).
A5	Pretende-se averiguar se o estresse parental e o apoio social contribuem para o envolvimento paterno (EP), e analisar a relação desse envolvimento com variáveis sociodemográficas (pai/criança).
A6	Compreender de que modo os ambientes ecológicos influenciam o desenvolvimento da paternidade em famílias monoparentais masculinas.
A7	Apresentar as percepções de homens jovens sobre a vivência da paternidade.
A8	Compreender, a partir do olhar do novo pai, o exercício da paternidade na família contemporânea.
A9	Compreender a vivência de homens na alimentação dos seus filhos entre 6 e 12 meses de idade, com a finalidade de contribuir para a agenda de políticas públicas em programas de educação nutricional voltados para o desenvolvimento da primeira infância.
A10	Compreender os sentidos e significados do exercício parental entre homens trans que engravidaram antes da transição de gênero

- A11 Compreender a percepção dos homens em relação à parentalidade paterna exercida no cuidado aos lactentes para a promoção do desenvolvimento infantil.
- A12 Investigar as funções parentais em casais homossexuais masculinos com bebês a partir das teorizações de Winnicott.
- A13 Compreender o processo de construção e a experiência da parentalidade em quatro casais homossexuais. Foram entrevistados três casais de homens e um casal de mulheres, com idades entre 30 e 50 anos, que tinham filhos nessa relação.

Fonte: Elaboração própria, 2024.

Tabela 3. Categorização dos artigos recuperados quanto aos principais resultados (n = 13)

Nº	Principais resultados
A1	Conclui-se que a experiência de paternidade, influenciada pela orientação sexual e pelo ativismo por direitos, destaca a singularidade de cada paternidade. Ser gay molda uma vivência particular para cada pai, reforçando a diversidade dessas experiências.
A2	Cada homem trans desempenha o papel parental que melhor se alinha com a sua própria jornada pessoal.
A3	O estudo permitiu a criação de três categorias: O pai é o exemplo para o filho; O pai deve prover as necessidades do filho; O pai corrige o filho.
A4	Em contextos onde a mãe assume o protagonismo, a presença paterna é muitas vezes reduzida, mas, quando ocorre, os pais demonstram envolvimento no cuidado, seguindo uma lógica masculina. Isso inclui oferecer suporte emocional à mãe, sem expressar suas próprias emoções, e realizar atividades externas ao lar. Para compreender plenamente essa dinâmica, é essencial reconhecer os diversos fatores que contribuem para o afastamento dos pais — sejam eles os próprios pais, a mãe ou os serviços de saúde —, o que permite uma reflexão conjunta sobre as variadas formas de exercer a paternidade.
A5	Os resultados sugerem que níveis elevados de estresse parental poderão ser prejudiciais para o envolvimento do pai em termos de cuidados e disponibilidade, sendo também relevante o maior número de filhos.
A6	Observou-se que a interação entre pais e filhos é influenciada por múltiplos fatores, incluindo o contexto social, os ambientes em que o pai está inserido e suas características pessoais. O apoio em situações desafiadoras é fornecido pela família de origem, pela comunidade e por babás. Além disso, a instituição escolar, especialmente em contextos de maior vulnerabilidade, desempenha um papel importante ao garantir condições que favoreçam o desenvolvimento infantil.
A7	Os jovens pais encontravam-se em cenário socioeconômico desfavorecido. A paternidade foi associada a isolamento e perdas, mas também à renovação e novas perspectivas. O provimento financeiro do filho foi um aspecto relacionado a exigências do modelo de masculinidade e paternidade vigentes, o que pode dificultar a vivência de outras formas de ser pai.
A8	Os resultados indicaram que a paternidade atual se distancia dos modelos tradicionais. Os pais de hoje adotam uma postura mais envolvida emocionalmente, participativa e comprometida com seus filhos, compartilhando as responsabilidades do cuidado e das tarefas domésticas com suas esposas. Através da perspectiva dos próprios pais, foi possível compreender como a paternidade é exercida no contexto da família contemporânea.
A9	Os resultados revelaram a complexidade do fenômeno, decorrente de uma rede de interações entre os indivíduos, seus valores e suas relações com o mundo atual. As expressões simbólicas reforçaram valores tradicionais que influenciam tanto as crenças femininas quanto masculinas. No entanto, destaca-se um movimento de transformação nas atitudes, com maior compartilhamento e envolvimento dos pais na alimentação dos filhos.
A10	Experiência parental sujeitada a um campo de tensão e negociações, além de uma produção subjetiva que oscilava entre a transgressão e a acomodação da perspectiva cultural da sua

- própria vivência. Identificou-se práticas de violências que reiteraram as vulnerabilidades sociais, deflagraram as fragilidades dos serviços de saúde e provocaram efeitos deletérios em homens trans que engravidam antes da transição de gênero.
- A11 Participaram da pesquisa 15 homens. A partir da análise, emergiram duas categorias empíricas: “Percepção sobre ser pai: desafios e novidades” e “Promoção do desenvolvimento infantil: ações realizadas pelos pais”. Os pais revelaram sentir-se despreparados, a necessidade de apoio emocional e reconhecem as atividades promovidas para o desenvolvimento de seus filhos.
- A12 Demonstraram que o vínculo pais-filho(a) foi construído a partir dos cuidados cotidianos, que os casais buscaram dividir de forma igualitária. Foi possível identificar em cada participante tanto aspectos da função materna propostas por Winnicott, quanto da função paterna. Os achados indicam que as funções que os adultos exercem junto aos bebês, mais do que materna e paterna, são funções parentais que independem do gênero ou da orientação sexual do cuidador.
- A13 Sugerem que a parentalidade é exercida com satisfação e responsabilidade; é um meio de inserir o casal na sociedade; é facilitada pelo apoio e complicada pelo preconceito social; caracteriza-se pela flexibilidade nos papéis parentais e prioriza a transmissão de valores de liberdade e respeito às diferenças.

Fonte: Elaboração própria, 2024.

4 DISCUSSÃO

A seguir, os resultados do presente estudo serão discutidos à luz da literatura sobre tema, em diferentes categorias, tais como envolvimento paterno em diferentes contextos, papéis de gênero e cuidado; paternidade e juventude; paternidade no contexto da homoparentalidade e gênero; monoparentalidade e paternidade; Homem trans contexto de gestação, parto e puerpério.

4.1 Envolvimento paterno em diferentes contextos

O envolvimento paterno é um processo influenciado por múltiplos fatores contextuais e relacionais, que começam a se formar desde a descoberta da gravidez e seguem ao longo do desenvolvimento da criança. Pesquisas recentes mostram que a construção da paternidade é significativamente favorecida pela presença do pai desde o início dessa jornada, sendo as consultas pré-natais e a participação nas aulas de educação para pais e mães momentos essenciais para o fortalecimento do vínculo e da identidade paterna (A4). Essas atividades promovem o vínculo emocional ao facilitar a visualização do feto no ultrassom, consolidando o sentimento de paternidade e aproximando o pai da experiência gestacional e do cuidado infantil (A4). Esse contato inicial gera uma experiência de transição para o novo papel

parental, algo que se torna fundamental para que o pai se sinta participante ativo na criação do filho.

Em relações heterossexuais, após o nascimento, o grau de envolvimento do pai pode ser influenciado pela qualidade da parceria estabelecida com a mãe, que desempenha um papel fundamental na mediação da interação entre pai e filho. A literatura aponta que a proximidade paterna com o bebê está em parte condicionada pela forma como a mãe facilita ou limita a participação do pai nos cuidados diários, especialmente em casos de crianças com deficiência, onde muitas vezes a mãe assume o papel de cuidadora principal e, em certos casos, tende a evitar o envolvimento direto do pai, utilizando a relação com o filho para atender suas próprias necessidades emocionais (A4). Esta mediação materna pode impactar a qualidade do vínculo paterno-filial, afetando a capacidade do pai de desenvolver um relacionamento próprio com o bebê, fora da dependência da mediação da mãe (A4).

Além da mediação materna, o estresse parental surge como um fator determinante do envolvimento do pai no cuidado diário com o filho. Estudos indicam que os pais com níveis mais baixos de estresse tendem a se envolver mais nos cuidados, enquanto aqueles que experimentam altos níveis de estresse muitas vezes se afastam ou limitam sua participação. Essa relação entre estresse e envolvimento é recíproca, pois o maior envolvimento paterno tende a reduzir o estresse, criando um ciclo positivo que fortalece o vínculo afetivo e proporciona um ambiente familiar mais harmonioso (A5). No entanto, o estresse pode ser exacerbado quando a criança possui características comportamentais que desafiam a autonomia ou exigem uma atenção constante, situações que demandam mais da disponibilidade emocional do pai e podem levá-lo a um desgaste emocional que afeta sua capacidade de se engajar em atividades de cuidado e educação (A5).

Enquanto o apoio social é frequentemente considerado um preditor positivo do envolvimento paterno, evidências indicam que ele não exerce uma influência significativa em todas as famílias. Em alguns casos, os pais relatam dificuldades em buscar apoio ou expressar suas necessidades emocionais, muitas vezes devido a estereótipos de masculinidade que desencorajam a expressão de vulnerabilidade e a dependência de suporte externo (A5). Esse comportamento pode limitar o acesso dos pais a recursos que poderiam facilitar sua participação nos cuidados com os

filhos e ampliar o grau de envolvimento (A5). Em contrapartida, o número de filhos demonstrou um efeito relevante no envolvimento paterno: pais com mais filhos tendem a participar mais ativamente, refletindo a necessidade de compartilhar responsabilidades parentais para garantir o bem-estar das crianças (A5).

A participação do pai nos cuidados diários com o filho ainda é, em muitos contextos, influenciada por limitações estruturais e legislativas. No Brasil, embora a legislação permita a licença paternidade, poucos homens conseguem usufruir desse direito plenamente, especialmente devido à falta de políticas empresariais que incentivem a extensão da licença (A11). Em 2018, menos de um terço dos homens relatou trabalhar em empresas que garantem esse direito, o que limita o tempo de dedicação ao filho nos primeiros dias de vida (A11). Esse contexto legislativo, somado às expectativas tradicionais de gênero que associam o pai à figura de provedor, faz com que muitos pais ocupem posições coadjuvantes no cuidado doméstico e reservem suas participações principalmente a atividades fora do ambiente familiar, como consultas médicas e a busca por benefícios sociais (A11).

Apesar dessas limitações, há uma mudança gradual na percepção dos pais sobre a importância do cuidado emocional e prático com os filhos. Estudos indicam que a presença ativa do pai no desenvolvimento infantil vai além da simples provisão financeira ou da autoridade paterna; ela envolve um comprometimento com o cuidado cotidiano, como dar banho, alimentar, e participar de atividades lúdicas, todas fundamentais para o crescimento cognitivo e emocional da criança (A11). A falta de habilidades dos homens, aliada à insegurança sobre sua capacidade de agir com as crianças, sugere uma falta de orientações na Atenção Primária em Saúde (A11).

Pais com um apego seguro tendem a se envolver mais intensamente, promovendo o desenvolvimento emocional e a independência da criança através de atividades que incentivam desafios e habilidades sociais, como levar o filho à escola e estimular atividades criativas (A11). Destaca-se a relevância do papel do enfermeiro ao realizar as consultas de pré-natal e puericultura em convidar o pai para participar das consultas e envolvê-los nos cuidados (A11). É importante que o enfermeiro reconheça a importância do pai para o desenvolvimento do filho e, para tanto, estimule a sua participação desde a consulta de pré-natal, inclusive

oferecendo orientações e treinamentos para que ele se sinta ainda mais capaz de conduzir os cuidados junto à família, em casa (A11).

Atividades lúdicas, como brincadeiras e jogos com os filhos, são reconhecidas como práticas que fortalecem o vínculo emocional e promovem o desenvolvimento de habilidades motoras, cognitivas e sociais. A interação entre pai e filho nesses contextos favorece a construção de uma relação baseada na confiança e no afeto, essenciais para o desenvolvimento integral da criança (A11). Além disso, o contato com a natureza e o incentivo à exploração do ambiente natural são vistos como estratégias que proporcionam experiências educativas e emocionais valiosas, incentivando comportamentos sustentáveis e promovendo o cuidado com o meio ambiente (A11). Esse tipo de envolvimento lúdico com a natureza, além de estimular a criatividade e a curiosidade, contribui para a criação de uma identidade ecológica que pode ter efeitos positivos na vida adulta da criança.

Em síntese, o envolvimento paterno é uma construção que ocorre de forma dinâmica e contínua, com múltiplas camadas de influência e desafios. A ampliação das políticas públicas para incluir o pai nas políticas de saúde e educação infantil, como o Plano Nacional para a Primeira Infância, que inclui o acompanhamento paterno no pré-natal, reflete um esforço crescente para incentivar uma parentalidade mais ativa e presente (A11). Estudos reforçam que uma parentalidade efetiva requer apoio e compreensão das particularidades e necessidades individuais de cada pai e filho. Como resultado, a presença de um pai engajado e emocionalmente disponível contribui para a construção de um ambiente familiar mais equilibrado e apoia o desenvolvimento psicológico e social da criança, promovendo um crescimento saudável e uma autoestima sólida (A11).

Destaca-se a relevância de abordar as especificidades da paternidade na juventude, um fenômeno que traz implicações únicas, sobretudo em cenários de vulnerabilidade socioeconômica.

A paternidade na adolescência, frequentemente associada à pobreza e desigualdade de renda, é vista como fator que pode limitar as oportunidades futuras ao desencadear uma entrada precoce no mercado de trabalho e comprometer a continuidade dos estudos (A7). No contexto brasileiro, a gravidez na adolescência também revela desigualdades raciais, afetando de maneira mais acentuada jovens

negros e pardos com menor escolaridade, o que reflete o racismo estrutural presente nas esferas de educação, saúde, renda e emprego formal (A7).

A interrupção dos estudos, comum entre adolescentes que se tornam pais, reduz suas chances de inserção em um mercado de trabalho competitivo, geralmente resultando em empregos com baixa remuneração, o que é especialmente alarmante para jovens de classes populares (A7). Contudo, observa-se que muitos desses jovens já tinham um histórico acadêmico fragilizado antes mesmo da gestação, e a paternidade acaba por acentuar desafios já presentes em suas trajetórias escolares (A7). A experiência de paternidade na juventude, em algumas famílias, parece ainda estar inserida em um ciclo intergeracional, no qual a gestação na adolescência se repete entre membros familiares, incluindo pais e irmãos (A7).

Além disso, a ausência paterna e o distanciamento em relação aos filhos têm sido frequentemente mencionados por jovens, sendo a convivência com ambos os pais um fator protetivo no exercício da sexualidade adolescente, pois aumenta a probabilidade de adesão ao uso de preservativos e reduz a exposição a infecções sexualmente transmissíveis (IST) e gestações não planejadas (A7). Nesse sentido, o pai, quando presente, pode servir de referência e orientação para o jovem, promovendo um espaço para debater questões sobre sexualidade e refletir sobre a importância de práticas de proteção (A7).

Curiosamente, a paternidade na adolescência também é vista como uma oportunidade para o jovem afirmar-se no universo masculino, onde “virar homem” relaciona-se à responsabilidade de prover sustento para o filho, ainda que parcialmente (A7). Em muitos casos, o nascimento de um filho impulsiona esses jovens a buscar uma melhora na qualidade de vida, como a adoção de hábitos mais saudáveis e a redução de comportamentos de risco (A7). Esse momento pode ser especialmente propício para a atuação dos profissionais de saúde, que, durante o pré-natal da parceira, podem incluir o jovem pai em discussões e orientações sobre práticas saudáveis, abordando temas como alimentação, atividade física, e prevenção ao uso de substâncias lícitas e ilícitas, além de proteção contra IST (A7).

A ausência paterna, de fato, pode estar associada a uma iniciação sexual mais precoce e uma maior probabilidade de gravidez na adolescência. Na medida

em que o pai representa um importante referencial de orientação, o seu distanciamento pode privar o adolescente de um apoio fundamental para discussões sobre sexualidade, o que aumenta o risco de envolvimento em práticas não seguras (A7). Por outro lado, embora se envolvam em atividades como brincar com os filhos, os jovens pais ainda mantêm uma visão tradicional de gênero, hesitando em assumir tarefas como cozinhar ou dar banho nas crianças, o que sugere que essa “nova paternidade” ainda conviverá com noções mais conservadoras por algum tempo (A7).

A chegada de um filho também gera sentimentos de restrição entre os jovens, que sentem que estão perdendo as oportunidades típicas da adolescência e têm menos tempo para o lazer (A7). A paternidade, assim, é vista por muitos como uma antecipação de responsabilidades, uma transição abrupta para uma etapa que imaginavam experimentar em um futuro distante (A7). Além disso, a nova responsabilidade de ser pai e provedor implica mudanças significativas em seu estilo de vida, reestruturação de seus planos e até mesmo ajustes nas relações com familiares, parceiras e amigos, levando, muitas vezes, a um certo isolamento social (A7).

Por fim, uma pesquisa realizada na Colômbia com jovens pais universitários apontou que, ao descobrirem a gestação, tanto os familiares quanto os próprios jovens passaram a exigir mais responsabilidade dos futuros pais. Essa pressão resulta, frequentemente, em preocupações com o provimento material do filho, gerando tensões e sentimentos de inadequação frente ao peso das responsabilidades (A7).

De maneira similar, a monoparentalidade surge como uma configuração familiar que também exige uma atenção particular, dada a complexidade das demandas e desafios enfrentados por pais que assumem a responsabilidade total pela criação dos filhos.

A experiência dos pais em contextos de monoparentalidade evidencia preocupações que vão além do aspecto financeiro, abrangendo responsabilidades paternas de maneira mais ampla. Embora o trabalho seja reconhecido como um elemento facilitador da paternidade, esses pais demonstram a necessidade de equilibrar suas atividades profissionais com a presença física e emocional junto aos

filhos, por meio de relações marcadas por carinho, amor e atenção (A6).

Um ambiente profissional que possibilite trocas de experiências e apoio entre colegas é destacado como um fator que promove maior satisfação tanto no desempenho das atividades laborais quanto no exercício da parentalidade (A6). Entretanto, a estabilidade no emprego é percebida como essencial, e a ausência dela, especialmente no caso do desemprego, gera impactos significativos, incluindo dificuldades econômicas, sociais e emocionais. A insegurança financeira associada ao desemprego contribui para o surgimento de quadros de ansiedade e depressão nos pais, acentuando o peso das responsabilidades familiares (A6).

O tempo disponível para construir uma relação de qualidade com os filhos é fundamental, especialmente quando o pai se torna a figura de maior referência na vida da criança. No entanto, valores políticos, culturais e sociais enraizados frequentemente impõem barreiras a essa participação paterna, destacando a necessidade de políticas sociais que favoreçam o envolvimento dos homens na criação dos filhos. Isso é crucial não apenas para o desenvolvimento infantil, mas também para o crescimento emocional e social do próprio pai (A6).

A adaptação das normas trabalhistas à realidade contemporânea é apontada como uma medida necessária para viabilizar uma maior participação masculina nos cuidados parentais. Condições de trabalho mais flexíveis, como horários reduzidos, possibilidades de trabalho remoto e ambientes laborais acolhedores, poderiam permitir que os pais equilibrassem melhor as demandas profissionais e familiares (A6).

No campo educacional, contextos acolhedores e relações flexíveis com professores e colegas foram fatores que possibilitaram a continuidade da formação acadêmica para pais como César e Marcelo. Ainda assim, a conciliação entre paternidade e estudos mostrou-se um desafio complexo, exigindo esforços adicionais para equilibrar ambas as responsabilidades (A6).

Os pais monoparentais frequentemente recorrem a redes de apoio, como familiares, amigos e instituições, para atender às necessidades de cuidado dos filhos. Essa busca inclui suporte emocional, instrumental e informativo, especialmente em famílias de camadas populares. Nesse cenário, estratégias de sobrevivência baseadas na solidariedade comunitária, como a ajuda de vizinhos e

parentes, têm se mostrado fundamentais para garantir o bem-estar das crianças e dos pais em contextos adversos (A6).

Apoios instrumentais, como a alimentação fornecida pelas escolas, desempenham um papel relevante ao minimizar os impactos das privações econômicas, permitindo que os pais tenham maior disponibilidade emocional para se dedicar aos filhos (A6). Além disso, a participação de figuras femininas no suporte à educação das crianças, especialmente no que se refere a temas de gênero e corporalidade, é valorizada. Isso, contudo, não reduz a capacidade dos pais de cumprir suas responsabilidades, mas amplia as referências disponíveis para as crianças (A6).

4.2 Papeis de gênero e cuidado

As atribuições de gênero, muitas vezes culturalmente reforçadas, influenciam profundamente a divisão de responsabilidades parentais e a percepção de quem deve assumir os cuidados infantis e de saúde. A ideia de que o cuidado é um domínio inerentemente feminino prevalece em diversos contextos, incluindo o ambiente de saúde. A literatura revela que os serviços de saúde ainda são amplamente vistos como espaços destinados às mulheres, reforçando o estigma de que estas possuem uma aptidão natural para o cuidado dos filhos e que, portanto, são as principais responsáveis por este papel (A4). Tal percepção impacta a dinâmica dos serviços, que são predominantemente frequentados e geridos por mulheres, deixando o papel masculino secundário no atendimento e cuidado com os filhos (A4).

Em sociedades onde o individualismo e o machismo são fortes, como nas ocidentais, a maternidade frequentemente se torna uma experiência isolada. Neste contexto, muitas mães assumem sozinhas o papel de cuidadoras, desprovidas do auxílio de outros agentes familiares e sociais que poderiam contribuir para um ambiente mais colaborativo (A4). Este isolamento, somado à expectativa de que o pai se posicione como provedor e não como cuidador, tende a reforçar o papel maternal como central na vida familiar, reduzindo as chances de uma co-participação equilibrada entre os pais (A4).

Em 2019, o Instituto Promundo publicou o relatório "A situação da paternidade no Brasil: tempo de agir", com base em entrevistas com 1.709 homens e mulheres. O documento revela que, embora o conceito de paternidade esteja passando por transformações, o cuidado com os filhos ainda é amplamente percebido como uma responsabilidade feminina. Ao homem, ainda é atribuída majoritariamente a função de provedor, sendo sua participação nas atividades de cuidado direta com a criança geralmente limitada a momentos lúdicos, como as brincadeiras, enquanto atividades práticas, como cozinhar ou dar banho, permanecem, na maioria das vezes, sob a responsabilidade materna (A7). Essa "nova paternidade", portanto, parece coexistir com visões conservadoras e estereotipadas do papel do pai, algo que poderá persistir por muitos anos (A7).

Os depoimentos quando expandido a discussão e questionado se os pais recebiam ajuda nas tarefas domésticas e no cuidado com os filhos, revelaram um padrão: a imagem paterna ainda é fortemente associada à função tradicional de provedor (A9). Observa-se que o cuidado, seja no âmbito pessoal ou voltado ao outro, não faz parte do repertório considerado masculino (Ribeiro; Gomes; Moreira, 2015). As tarefas domésticas e o cuidado infantil, por consequência, são percebidos como responsabilidades femininas (A9). Esse cenário reflete uma matriz sócio-histórica que atribui à mãe um papel de "auto sacrifício", carregando sobre si a responsabilidade de garantir o bem-estar dos filhos e da família (A9).

Expressões como "ajuda" e frases como "vai ter que ser tudo dividido" denotam que, apesar da aceitação de que as fronteiras entre pai e mãe têm se dissolvido, o protagonismo do cuidado continua centrado na figura materna (Parker; Wang, 2013) (A9). Esse protagonismo leva a uma sobrecarga das mães, um fenômeno observado em diversos contextos e que afeta grupos sociais de diferentes condições econômicas (A9). Além disso, conciliar a maternidade com a carreira profissional é uma experiência marcada por conflitos internos, diante da exigência de desempenhar bem ambas as funções, o que gera sentimentos de culpa quando a performance esperada em ambas as esferas não é atingida (A9). Esse conflito reflete o peso dos papéis de gênero ainda modelados e valorizados socialmente, o que impacta as vivências maternas de modo significativo (A9). Estudos sobre sociedades modernas e desenvolvidas sugerem que a evolução desses papéis está

condicionada a uma complexa interação entre o núcleo familiar e outras estruturas sociais e não necessariamente à prosperidade socioeconômica (A9). Na “nova paternidade”, o diferencial reside na maneira como o pai compartilha sua afetividade com a criança, demonstrando prazer em estar presente e buscando construir sua própria experiência pessoal no processo de criação (Sutter; Bucher-Maluschke, 2008) (A9).

Nesse contexto, a homoparentalidade também emerge como uma configuração familiar que demanda reflexão e análise específicas. Pais em relações homossexuais enfrentam desafios próprios, tanto no que diz respeito à aceitação social quanto às questões legais e familiares, e essas particularidades precisam ser consideradas nas discussões sobre as diferentes formas de parentalidade.

A parentalidade pode ser alcançada por diversas vias, e a escolha do método é frequentemente influenciada pelo contexto social e pelas legislações locais. No Brasil, casais homoparentais têm a possibilidade de formar uma família por meio da adoção, relações heterossexuais anteriores, métodos de reprodução assistida e acordos de coparentalidade (A1). Contudo, a inclusão dos homens no debate sobre direitos reprodutivos tem avançado de maneira muito limitada em comparação ao progresso no debate para as mulheres (A1).

Para os pais homossexuais, a paternidade emerge como um desejo intenso, visto com uma responsabilidade que vai além do provimento financeiro, sendo reconhecida como um processo construído ao longo do tempo. Para André, a aceitação social da paternidade é fortemente atrelada à capacidade de provisão, um dos mandatos da masculinidade hegemônica, especialmente valorizado no contexto de adoção entre casais gays (A1). Entretanto, ainda prevalece certo preconceito em relação à adoção de crianças com necessidades especiais ou doenças, sendo comuns preferências por recém-nascidos, saudáveis e com características específicas, como raça e cor da pele. Este cenário leva à institucionalização prolongada de crianças mais velhas ou que não atendem ao perfil preferido, muitas vezes devido à cor da pele, idade ou condição de saúde (A1).

A parentalidade exercida em configurações familiares formadas por casais do mesmo sexo é conhecida como homoparentalidade. Esse conceito surgiu na França no final do século XX, referindo-se ao desejo de indivíduos homossexuais de serem

ou se tornarem pais ou mães de crianças (A1).

O estigma social relacionado à homoparentalidade é agravado por concepções que associam, de forma equivocada, homossexualidade à pedofilia. Esse preconceito apoia-se na ideia de "contágio" e reforça uma visão patologizante da homossexualidade, contribuindo para a discriminação e a exclusão social dos pais homossexuais (A1).

Além disso, há temores difundidos na sociedade de que a ausência de figuras parentais de ambos os sexos possa prejudicar o desenvolvimento psicológico das crianças. Fantasias como a possibilidade de abuso sexual ou influência na orientação sexual dos filhos são recorrentes. Tais crenças alimentam debates sobre o suposto direito de expor as crianças a um ambiente que, por ser diferente do modelo heteronormativo, seria alvo de preconceitos sociais (A1).

Os relatos dos participantes destacam que, na perspectiva masculina, a figura paterna deve ser um exemplo de honestidade e responsabilidade, demonstrando aos filhos um comportamento que eles possam admirar e seguir. Essa visão é corroborada por um estudo chileno, que aponta que os pais ensinam por meio de interações diretas, facilitando a aprendizagem de valores positivos na educação dos filhos (A3).

A figura paterna é central no desenvolvimento da personalidade e na construção de valores das crianças, moldando-as para que se tornem adultos respeitosos. Estudos nacionais e internacionais reforçam a importância da interação entre pai e filho para o desenvolvimento cognitivo e social da criança. No entanto, em contextos marcados pela violência, há o risco de que comportamentos violentos sejam assimilados como normais, perpetuando esse ciclo. Esse cenário ressalta a relevância de modelos paternos positivos para prevenir a reprodução de violência (A3).

A percepção masculina sobre a paternidade frequentemente se associa à provisão financeira, uma característica aprendida durante a infância e reproduzida na relação com os filhos. Esse modelo, historicamente enraizado, coloca o homem como principal provedor da família, sustentando um ideal patriarcal (A3).

Nas narrativas dos pais, a ideia do provedor que se dedica ao trabalho para garantir alimentação e vestimenta para os filhos contrasta com a necessidade de

presença afetiva e fortalecimento dos vínculos familiares. Estudos realizados no Brasil e na Etiópia mostram que essa compreensão da paternidade está fortemente influenciada por estereótipos de gênero e contribui para a ausência paterna em termos de laços emocionais (A3). Embora esse não seja o único modelo de paternidade na sociedade, é um dos mais frequentemente relatados e reproduzidos (A3).

É essencial que os homens desconstruam a visão de que o sustento financeiro é a única função paterna e passem a valorizar aspectos como educação, afetividade, vínculos e diálogo. Essa transformação pode ajudar a romper com os estereótipos de uma paternidade insensível e rígida, que muitas vezes leva a práticas violentas e perpetua o modelo tóxico de autoridade paterna (A3).

A literatura indica que a falta de afeto e carinho, associada a uma educação baseada em regras rígidas e na figura do pai frio, hostil e intransigente, está relacionada a índices mais altos de violência. Por outro lado, as narrativas dos pais mostram que, em alguns casos, as punições são vistas como um método legítimo de cuidado e disciplina, mesmo quando podem reforçar práticas autoritárias (A3).

André observa que a experiência da maternidade é, geralmente, vivida de forma mais intensa pela mulher antes do nascimento, devido à conexão física com o bebê durante a gestação. Ele sugere que essa diferença pode influenciar o abandono paterno, pois ser pai é um processo “mais lento” que se fortalece após o nascimento. Enquanto para alguns homens a paternidade é intimidante pela responsabilidade que envolve, para outros, representa uma vivência essencial de sua masculinidade (A1). Esse apoio durante a gestação é essencial, fortalecendo a segurança da mãe e contribuindo para o vínculo materno-bebê (A8).

Apesar das dificuldades enfrentadas, observa-se que em muitas famílias homoparentais os pais assumem plenamente as responsabilidades de cuidado. Esse envolvimento possibilita a criação de vínculos afetivos sólidos com os filhos, mesmo na ausência de uma figura materna feminina, sem que essa ausência seja sentida ou comprometa a dinâmica familiar (A12).

Segundo Winnicott (1999), a tarefa dos pais de criar um ambiente seguro para os filhos envolve proteger, estabelecer limites e oferecer cuidados. Esse papel tradicionalmente atribuído de forma distinta a mães e pais é, na homoparentalidade,

compartilhado e ressignificado, refletindo uma relação horizontal entre os membros do casal (A12). Essa dinâmica caracteriza-se pela flexibilidade na divisão das responsabilidades, alternando funções de cuidado e de provisão financeira, sem distinções fixas de gênero (A12).

O modelo de parentalidade adotado por casais homossexuais é descrito na literatura como mais igualitário em comparação às famílias heterossexuais. Esses pais frequentemente compartilham as tarefas domésticas e os cuidados com os filhos de forma equilibrada, favorecendo um ambiente de parceria e colaboração (A12). Além disso, mesmo sem diferenciação de gênero, outros aspectos de alteridade entre os membros do casal enriquecem a experiência parental e contribuem para o desenvolvimento da criança (A12).

Por fim, é importante ressaltar que a ausência de um vínculo biológico ou de experiências como a gestação não impede a qualidade dos cuidados oferecidos. Pais homossexuais demonstram sensibilidade às necessidades de seus filhos e criam rotinas consistentes, promovendo um ambiente acolhedor e estimulante (A12). Essa forma de parentalidade ressignifica papéis tradicionais, refletindo transformações nas concepções familiares contemporâneas (A12).

Em casais homoparentais, a coparentalidade caracteriza-se pela negociação de responsabilidades, um reflexo do modelo de família contemporânea, onde os papéis parentais e de cuidado com a casa e as finanças são mais flexíveis. A família contemporânea, diferentemente da tradicional, distribui de forma equitativa as tarefas domésticas e de cuidado com os filhos, desafiando a hierarquia familiar tradicional (A8). Pais homossexuais tendem a dividir as responsabilidades de cuidado de maneira mais equilibrada, tanto nas tarefas domésticas quanto no cuidado com as crianças, quando comparados a casais heterossexuais (A13).

Embora a paternidade contemporânea exija uma participação emocional mais ativa, traços de autoridade ainda são observados como resquícios da paternidade tradicional, onde o pai ocupava o papel de disciplinador e provedor. No entanto, muitos pais homossexuais se identificam mais com o modelo contemporâneo, desejando repetir experiências de afeto e limites vividas na infância com seus próprios pais, reforçando valores que consideram essenciais (A8).

O desejo de ter filhos entre pessoas homossexuais é influenciado por desafios

adicionais, como barreiras biológicas e receios de discriminação social, o que pode reduzir a busca pela parentalidade em comparação com casais heterossexuais (A13). Para casais do mesmo sexo, a adoção e a fertilização in vitro (FIV) foram os métodos mais utilizados, conforme observações de diversos estudos, e o contexto social e legal dos países onde vivem frequentemente influencia essa escolha (A13). No Brasil, a adoção e a reprodução assistida representam os principais métodos para realização da parentalidade entre casais homossexuais, os quais tendem a preferir perfis de sêmen ou crianças adotivas com características semelhantes a, pelo menos, um dos cônjuges, buscando uma conexão simbólica adicional (A13).

A parentalidade, inclusive, tende a facilitar a aceitação social dos casais homossexuais, uma vez que a chegada dos filhos é frequentemente acompanhada por um maior acolhimento por parte da sociedade e pela aproximação da família de origem. Em muitos casos, o preconceito familiar é superado pela expectativa dos avós em criar laços com os netos, promovendo uma experiência de aceitação mútua (A13). Além disso, casais que recebem apoio no ambiente de trabalho relatam menores níveis de estresse e menos sintomas de ansiedade e depressão, o que ressalta a importância do apoio institucional para o bem-estar dos pais e das crianças (A13).

As crianças de famílias homoparentais não são privadas do convívio com adultos de ambos os sexos. Em lares com mães lésbicas, por exemplo, as entrevistadas consideram relevante que seus filhos tenham contato com figuras masculinas, reforçando a importância de interações diversas para o desenvolvimento infantil (A13).

Da mesma forma, a parentalidade vivenciada por homens trans merece uma análise detalhada, uma vez que esses pais enfrentam questões relacionadas à identidade de gênero e à percepção social de sua paternidade.

A experiência gestacional de homens trans reforça a importância de integrar cuidados de saúde mental ao acompanhamento pré-natal, considerando os impactos físicos e emocionais do período gravídico-puerperal. Decisões como a interrupção da gestação, motivadas por questões de saúde mental, destacam a necessidade de priorizar o bem-estar tanto da pessoa gestante quanto da criança, evidenciando a complexidade do cuidado necessário nessa situação (A2).

A vivência da gestação por homens trans desafia a noção convencional de que esse processo está intrinsecamente vinculado à feminilidade. Além das atribuições biológicas tradicionalmente associadas aos papéis de “pai” e “mãe”, a parentalidade é compreendida como uma construção plural, permitindo que cada homem trans exerça esse papel de acordo com sua identidade e trajetória pessoal (A2).

No Brasil, as fragilidades legais dificultam o registro civil dos filhos de homens trans, comprometendo o acesso aos benefícios sociais destinados às crianças. A ausência de documentação impede o acesso a serviços essenciais como vacinação, acompanhamento pediátrico e educação infantil. Apesar disso, o Manual de Instruções para Preenchimento da Declaração de Nascido Vivo determina que o nome da pessoa que gestou deve ser registrado, independentemente de sua identidade de gênero (A2).

Ademais, o acesso às tecnologias reprodutivas por pessoas LGBTQIANP+ enfrenta barreiras como custos elevados, oferta limitada no sistema público de saúde e a predominância de um ambiente cisheteronormativo em clínicas especializadas. Nesse contexto, a inseminação caseira surge como uma alternativa viável e autônoma para homens trans realizarem seus projetos parentais (A2).

A transfobia no atendimento de saúde, expressa por comportamentos discriminatórios ou violência simbólica, dificulta o acesso e o cuidado adequados a homens trans. A presença desses indivíduos no sistema de saúde desafia concepções binárias e conservadoras, como a ideia de que somente mulheres cisgênero podem engravidar, desestabilizando normas culturais que vinculam o útero exclusivamente ao feminino (A2).

Esse cenário enfatiza a necessidade de compreender as complexidades das identidades de gênero e de melhorar o atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS), com capacitação contínua dos profissionais e protocolos inclusivos que respeitem os direitos dos pacientes trans (A2).

A parentalidade exercida por homens trans frequentemente enfrenta julgamentos e preconceitos, sendo, em algumas situações, invisibilizada ou alvo de violência simbólica. Esse cenário afeta a construção de significados e sentidos atribuídos pelos próprios pais à sua experiência, evidenciando um campo de tensões

entre transgressão e acomodação das normas culturais (A10).

Muitos homens trans relatam o desejo de serem reconhecidos como pais, ressignificando a paternidade a partir de uma perspectiva que desconsidera os padrões tradicionais de gênero. No entanto, essa parentalidade é frequentemente conduzida a um lugar de abjeção, impactando sua saúde emocional e demandando estratégias de enfrentamento para lidar com essas adversidades (A10).

As tensões enfrentadas por homens trans derivam de uma lógica binária que tenta acomodá-los em uma tríade identitária composta por ser homem, pai e heterossexual, refletindo normas de masculinidade, parentalidade e sexualidade naturalizadas pela sociedade (A10). O binarismo estrutural associado à parentalidade reforça papéis parentais fixos, ignorando as novas configurações familiares e os desafios enfrentados por pessoas trans (A10).

Além disso, a parentalidade de homens trans é muitas vezes performatizada, refletindo as expectativas sociais de que o cuidado seja exclusivamente feminino. Em resposta, muitos homens trans desenvolvem estratégias como assumir o papel de "mãe-pai", conciliando o cuidado afetivo com a manutenção de sua identidade masculina (A10).

Por fim, a ressignificação da paternidade de homens trans que engravidaram antes da transição encontra barreiras culturais e legais, como o predomínio do aspecto biológico na definição de gênero, a supremacia do instinto materno e a ausência de dispositivos legais que contemplem outras formas de família. Tais desafios evidenciam a necessidade de políticas públicas inclusivas que garantam os direitos e a dignidade dessas famílias (A10).

A seguir, serão apresentadas as conclusões deste estudo, com o objetivo de sintetizar os principais achados, evidenciar suas contribuições teóricas, bem como refletir sobre as limitações identificadas, fornecendo subsídios para futuras pesquisas e intervenções no campo do envolvimento paterno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo possibilitou a sistematização do conhecimento sobre o tema. Contribuiu para uma compreensão ampla e complexa do envolvimento paterno em diferentes contextos sociais e familiares. A análise destacou a importância de uma paternidade que transcenda o papel tradicional de provedor, valorizando vínculos afetivos e a participação ativa dos pais no desenvolvimento integral dos filhos. Uma das principais contribuições foi o aprofundamento teórico sobre a diversidade na paternidade, abordando configurações como pais monoparentais, homoparentalidade, homens trans e outros arranjos familiares. Esses avanços oferecem subsídios críticos para reflexões sobre gênero, parentalidade e formulação de políticas públicas.

Os achados evidenciaram estratégias de resiliência e inovação que pais em contextos de vulnerabilidade desenvolvem para conciliar trabalho, estudos e responsabilidades parentais. As redes de apoio – familiares, comunitárias ou institucionais – emergem como elementos essenciais na construção de práticas parentais mais inclusivas e equitativas. Contudo, os desafios estruturais apontaram para a necessidade de políticas públicas que promovam mudanças significativas, como a licença parental equitativa, a flexibilização de jornadas de trabalho e programas educativos que desconstruam estereótipos de masculinidade tradicional normativa.

Do ponto de vista de gênero, o estudo reafirmou como a cisheteronormatividade e o machismo limitam o potencial pleno da paternidade, perpetuando o modelo de homem exclusivamente provedor financeiro e pouco engajado nos cuidados afetivos e educacionais. Essa perspectiva exige a implementação de políticas públicas que incentivem uma parentalidade mais igualitária, rompendo com as normas patriarcais que restringem tanto o papel paterno quanto às dinâmicas familiares. Por exemplo, com a construção políticas públicas de conscientização sobre paternidade ativa e grupos de apoio ou formação para pais em contextos vulneráveis.

Entretanto, este estudo apresentou limitações, por não ter realizado entrevistas ou contato direto com as diferentes formas de exercer a parentalidade . A

revisão de literatura baseou-se em artigos que, em sua maioria, demonstraram poucos estudos quantitativos. Além disso, a concentração de pesquisas em realidades específicas dificulta a generalização dos resultados, destacando a necessidade de incluir populações menos estudadas, como em recortes étnicos-raciais e de diversidade socioeconômica.

Futuros estudos devem priorizar metodologias mais robustas e diversificadas, contemplando diferentes contextos culturais e socioeconômicos, para capturar de forma mais representativa as múltiplas experiências paternas. É fundamental que novas investigações ultrapassem o enfoque nos desafios e proponham intervenções concretas que favoreçam relações familiares mais igualitárias e justas.

Assim, este estudo contribuiu para um debate mais inclusivo, oferecendo perspectivas para a construção de relações familiares mais respeitadas e igualitárias, fornecendo conhecimentos para profissionais da saúde, educadores e formuladores de políticas. Essas informações são fundamentais para a criação de programas e intervenções que apoiem os pais em suas jornadas de paternidade.

Em síntese, esta revisão reforça a urgência de avanços na produção científica e na formulação de políticas públicas que reconheçam e valorizem as singularidades das experiências paternas. Promover uma parentalidade equitativa e transformadora passa por enfrentar desigualdades de gênero, desconstruir normas patriarcais e fomento à diversidade.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, G. S. de et al. **Men's perception of paternal parenthood and the promotion of child development.** Revista Brasileira de Enfermagem, v. 77, n. 3, p. e20230514, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2023-0514>. Acesso em: 16 nov. 2024.
- Almeida. C. (s.d.). **Ausência paterna e o impacto na mente da criança.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- Aozani, J. P. (2014). **O lugar do pai na contemporaneidade.** Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Regional do Estado do Rio Grande do Sul DHE, UNIJUÍ. Recuperado em 20 junho, 2024, de http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/2667/TCC%20PDF.pdf?s_equence=1.
- ARALDI, M. O.; SERRALTA, F. B. **O processo de construção e a experiência da parentalidade em casais homossexuais.** *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 35, n. spe, p. e35nspe1, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102.3772e35nspe1>. Acesso em: 16 nov. 2024.
- ARRAIS, A. L.; VIEIRA-SANTOS, S. **Envolvimento paterno em pais de crianças em idade escolar: relação com estresse parental, apoio social e variáveis sociodemográficas.** *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 37, p. e37313, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102.3772e3731>. Acesso em: 16 nov. 2024.
- Badinter, E. (1985). **Um amor conquistado: o mito do amor materno** (W. Dutra, Trad.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Balancho, L. S. F. (2004). **Ser pai: transformações intergeracionais na paternidade.** *Análise Psicológica*, 2(22), 377-386.
- Barreto, L. D. (2003). **Considerações sobre a guarda compartilhada.** Acesso em 20 de junho, 2024, em <http://jus.com.br/artigos/4352/consideracoes-sobre-a-guarda-compartilhada>
- Benczik, E. B. P. (2011). **A importância da figura paterna para o desenvolvimento infantil.** *Rev. psicopedag.* 28(85), 67-75. Recuperado em 20 junho, 2024, de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicoped/v28n85/07.pdf>
- Brandão, E. R. & Heilborn, M. L. (2006). **Sexualidade e gravidez na adolescência entre jovens de camadas médias do Rio de Janeiro.** *Cadernos de Saúde Pública*, 22(7), 1421-1430.
- Brasil. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.459, de 24 de junho de 2011. **Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde, a Rede Cegonha.** *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 20 junho de 2024. Disponível em: <https://bit.ly/3yuTSot>.

Brasil. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.944, de 27 de agosto de 2009. **Institui no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem.** *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 20 de junho. 2024. Disponível em: <<https://bit.ly/3juepTJ>>.

Brasil. Lei nº 11.108, de 7 de abril de 2005. **Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para garantir às parturientes o direito à presença de acompanhante durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, no âmbito do Sistema Único de Saúde.** *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 20 de junho de 2024. Disponível em: <<https://bit.ly/2Vz3pMy>>.

Brigagão, J. I. M.; Gonçalves, R. **A perspectiva dos homens sobre os partos domiciliares planejados.** *Psicologia USP*, São Paulo, v. 32, p. e170126, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-6564e170126>>. Acesso em: 20 de junho de 2024.

BROOME, M. E. **Integrative literature review for the development of concepts.** In: RODGERS, B. L.; KNAFL, K. A. *Concept development in nursing*. Philadelphia: Saunders, 1993. p. 231-250.

Bustamante, V. & Trad, L. A. B. (2005). **Participação paterna no cuidado de crianças pequenas: estudo etnográfico com famílias de camadas populares.** *Caderno de Saúde Pública*, 21(6), 1865-1874. Acesso em 20 de junho, 2024, em www.scielosp.org/pdf/csp/v21n6/26.pdf

Camarena, P.M., Minor, K., Melmer, T., & Ferrie, C. (1998). **The nature and support of adolescent mothers' life aspirations.** *Family Relations*, 47(2), 129-137.

CAMPEOL, Â. R.; BENATTI, A. P.; PEREIRA, C. R. R. **A paternidade monoparental na inter-relação com os contextos ecológicos.** *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 41, p. e224041, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003224041>. Acesso em: 16 nov. 2024.

Carter, B. & McGoldrick, M. (Orgs.). (1995). **As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar** (M. A. V. Veronese, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas.

Cargnelutti Venturini, Ana Paula, Piccinini Cesar Augusto. **Percepção de adolescentes não-pais sobre projetos de vida e sobre a paternidade adolescente.** *Psicologia & Sociedade* [en linea]. 2014, 26(), 172-182[fecha de Consulta 20 de Junho de 2024]. ISSN: 0102-7182. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=309331565018>

Cezar-Ferreira, V. A. M. (2007). **Família, separação e mediação: uma visão psicojurídica.** São Paulo: Método.

Cia, F., D’Affonseca, S. M., & Barham, E. J. (2004). **A relação entre o envolvimento paterno e o desempenho acadêmico dos filhos.** *Ribeirão Preto, Paidéia*, 14(29), 277-286. Recuperado em 20 junho, 2024, de <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v14n29/04.pdf>

Corneau, G. (1995). **Paternidade e masculinidade.** In S. Nolasco (org.), **A desconstrução do masculino** (pp 43-52). *Rio de Janeiro: Rocco.*

Crepaldi, M. A., Andreani, G., Hammes, P. S., Ristof, C. D., & Abreu, S. R. (2006). **A participação do pai nos cuidados da criança, segundo a concepção das mães.** *Psicologia em Estudo*, Maringá, PR, 11(3), 579-587. Acesso em 20 de junho, 2024, em www.scielo.br/pdf/pe/v11n3/v11n3a13.pdf

Costa, G. P. (1997). **Conflitos da vida real.** *Porto Alegre: Artes Médicas.*

Costa, W. A. & Almeida, A. M. O. (2000). **A construção social do conceito do bom professor.** In A. S. P. Moreira & D. C. Oliveira (Orgs.), *Estudos interdisciplinares de representação social* (pp. 251-269). Goiânia: AB.

Cursino, T. P.; Benincasa, M. **Parto domiciliar planejado no Brasil: uma revisão sistemática nacional.** *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 4, p. 1433-1444, 2020. doi: 10.1590/1413-81232020254.13582018.

Dias, A. B. D. & Aquino, E. M. L. (2006). **Maternidade e paternidade na adolescência:** algumas constatações em três cidades do Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 22(7), 1147-1458.

DANTAS, D. dos S. et al. **Sentidos e significados de parentalidade entre homens trans que engravidaram antes da transição de gênero.** *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 29, n. 4, p. e19532023, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232024294.19532023>. Acesso em: 16 nov. 2024.

DE ASSIS VEIGA, M. B.; RIBEIRO MACIEL, M.; PEZZINI SOUZA DA SILVA KLAYN, B. .; REGINA RIBEIRO, C.; LEMOS, A. **Paternity on the younger men’s:** experiences, changes and possibilities / Paternidade entre homens jovens: vivências, mudanças e possibilidades. *Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online*, Rio de Janeiro, Brasil, v. 15, p. e–11890, 2023. DOI: 10.9789/2175-5361.rpcf.v15.11890. Disponível em: <https://seer.unirio.br/cuidadofundamental/article/view/11890>. Acesso em: 16 nov. 2024.

Dodou, H. D. et al. **A contribuição do acompanhante para a humanização do parto e nascimento:** percepções de puérperas. *Escola Anna Nery*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 262-269, 2014. doi: 10.5935/1414-8145.20140038.

Eizirik, M., Bergmann D. S. (2004). **Ausência paterna e sua repercussão no desenvolvimento da criança e do adolescente:** um relato de caso. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*, 26(3), 330 – 336. Recuperado em 20 junho, 2024, de <http://www.scielo.br/pdf/rprs/v26n3/v26n3a10.pdf>

Fabrino, V. N. (2012). **Afetividade e base familiar: norteadores da formação da personalidade.** Trabalho de Conclusão de Curso, Faculdade Norte Capixaba de São Mateus, São Mateus. Rio de Janeiro, Brasil. Recuperado em 20 junho, 2024, de <https://pt.scribd.com/document/370807388/Afetividade-e-Base-Familiar-Norteadores-DaFormacao-Da-Personalidade>.

Ferrari, J. L. (1999). **Por que es importante el padre?** In: Ferrari, J. L. Ser padre no terceiro milênio (pp. 91-117). *Mendoza: Ediciones del Canto Rodado*.

Foucault, M. (2005). **A arqueologia do saber** (7ª ed.). *Rio de Janeiro: Forense Universitária*.

Gomes, A. J. S, Resende, V. R. (2004). **O pai presente:** O desvelar da paternidade em uma família contemporânea. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 2(20), 119 – 125.

Grzybowski, L. S. (2007). **Parentalidade em tempo de mudanças: desvelando o envolvimento parental após o fim do casamento.** Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, PUCRS, Porto Alegre. Acesso em 20 de junho, 2024, em http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=839.

Herrmann, J.W. (2008). **Adolescent perceptions of teen births.** *Journal of Obstetric Gynecologic and Neonatal Nursing*, 37(1), 42-50.

Krob, A. D.; Piccinini, C. A.; Silva, M. R. **A transição para a paternidade:** da gestação ao segundo mês de vida do bebê. *Psicologia USP, São Paulo*, v. 20, n. 2, p. 269-291, 2009. doi: 10.1590/S0103-65642009000200008.

Lamb, M. E. (2000). **The history of research on father involvement:** an overview. In H. E. Peters, G. W. Peterson, S. K. Steinmetz, & R. D. Day (Eds.), *Fatherhood: research, interventions and policies* (pp. 23-42). Nova York: Haworth Press.

Lamb, M. E., Pleck, J. H., Charnov, E. L., & Levine, J. A. (1985). **Paternal behavior in humans.** *American Zoologist*, 25(3), 883-894.

Lyra, J. L. C. (1997). **Paternidade adolescente:** uma proposta de intervenção. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, PUC/SP, São Paulo.

- Mahler, M. S. (1993). **O nascimento psicológico da criança: simbiose e individuação.** Porto Alegre: Artes Médicas.
- MASCARENHAS, R. N. dos S. et al. **Homem trans e gestação paterna: experiências durante o período gravídico-puerperal.** *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 29, n. 4, p. e16172023, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232024294.16172023>. Acesso em: 16 nov. 2024.
- MESQUITA, J. A.; NASCIMENTO, M. A. F. do. **Ativismo digital sobre paternidade gay no Instagram: a homoparentalidade masculina em cena.** *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 29, n. 4, p. e19402023, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232024294.19402023>. Acesso em: 16 nov. 2024.
- Moraes, C. J.; Granato, T. M. M. **Tornando-se pai: uma revisão integrativa da literatura sobre a transição para a paternidade.** *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 21, n. 4, p. 557-567, 2016. doi: 10.4025/psicoestud.v21i4.29871.
- Moscovici, S. (2009). **Representações sociais: investigações em psicologia social** (P. A. Guareschi, Trad.). *Petrópolis, RJ: Vozes.*
- Muza, G. M. **Da proteção generosa à vítima do vazio.** (1998). In: Silveira P. Exercício da paternidade. *Porto Alegre: Artes Médicas.* pp. 115.
- Nazareth, E. R. (1998). **Com quem fico, com papai ou com mamãe: Considerações sobre a guarda compartilhada contribuições da Psicanálise ao Direito de Família.** Acesso em 20 de junho, 2024, em <http://www.apase.org.br/91003-comquemfico.htm>
- OGAKI, H. A.; PICCININI, C. A. **As funções parentais em casais homossexuais masculinos com bebês.** *Psicologia em Estudo*, v. 28, p. e53215, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v28i0.53215>. Acesso em: 16 nov. 2024.
- Ogrinc G, Davies L, Goodman D, Batalden P, Davidoff F, Stevens D. **SQUIRE 2.0 (Standards for Quality Improvement Reporting Excellence): revised publication guidelines from a detailed consensus process.** *BMJ Qual Saf.* 2016;25(12):986–92.
- OLIVEIRA, M. A. da S. et al. **Perception of men perpetrators of violence about paternity.** *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 75, n. 4, p. e20210890, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2021-0890>. Acesso em: 16 nov. 2024.
- Orlandi, R. & Toneli, N. J. F. (2008). **Adolescência e paternidade: Sobre os direitos de criar projetos e procriar.** *Psicologia em Estudo*, 13(2), 317-326.
- PEREIRA, T. G.; REIS, A. O. A. **O bebê com zika e o pai (d)eficiente.** *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 32, n. 2, p. e320208, 2022. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/S0103-73312022320208>. Acesso em: 16 nov. 2024.

Pleck, J. H. (1997). **Paternal involvement**: levels, sources and consequences. In M. E. Lamb (Ed.), *The role of the father in child development* (pp. 66-103). *New York: John Wiley & Sons*.

SOUZA, M. T. de; SILVA, M. D. da; CARVALHO, R. de. **Integrative review**: what is it? How to do it?. *Einstein (São Paulo)*, v. 8, n. 1, p. 102–106, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eins/a/ZQTBkVJZqcWrTT34cXLjtBx/?lang=pt>. Acesso em: 15 de setembro de 2024.

SORRENTINO, E.; BÓGUS, C. M.; VENANCIO, S. **A participação dos homens na alimentação infantil**: novos caminhos para a equidade de gênero?. *Saúde e Sociedade*, v. 30, n. 3, p. e200815, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902021200815>. Acesso em: 16 nov. 2024.

Sutter, C. Bucher Maluschke, J. N. F. (2008). **Pais que cuidam dos filhos**: a vivência masculina na paternidade participativa. *Psico*, 39 (1),74-82.

Trindade, Z. A. (1999). **Concepções arcaicas de maternidade e paternidade e seus reflexos na prática profissional**. *Interfaces: Revista de Psicologia*, 2(1), 33-40.

TORZECZKI TRAGE, F.; DONELLI, T. M. S. **Quem é o novo pai? Concepções sobre o exercício da paternidade na família contemporânea**. *Barbarói*, n. 57, p. 141-164, 16 nov. 2024.

Turcotte, G. & Gaudet, J. (2009). **Conditions favorables et obstacles à l'engagement paternel**: un bilan des connaissances. In D. Dubeau, A. Devault, & G. Forget (Eds.), *La paternité au XXI siècle* (pp. 39- 70). Québec, CAN: *Les presses de l'Université Laval*.

Villalón, U. H. et al. **Participación paterna en la experiencia del parto**. *Revista Chilena de Pediatría*, Santiago, v. 85, n. 5, p. 554-560, 2014. doi: 10.4067/S0370-41062014000500005.